

OBRA RESENHADA / REVIEWED WORK

CARINE, B. *Como ser um educador antirracista*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

João Vitor de Paula SOUZA¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo resenhar a obra *Como ser um educador antirracista*, publicada por Bárbara Carine. Nosso foco é mostrar como a autora tece aproximações teórico-práticas que versam sobre questões de educação, racialidade e suas interfaces. O posicionamento de Carine é transdisciplinar, democrático, diverso, decolonial e combativo quanto ao racismo e a outros sistemas de opressão. Nesse sentido, a obra se mostra necessária e produtiva para as reflexões em torno do letramento racial para educadores e demais interessados nas relações entre educação, raça e racismo no Brasil, apontando caminhos antirracistas de denúncia e enfrentamento desse mal social.

PALAVRAS-CHAVE: educação; antirracismo; letramento racial.

ABSTRACT: This paper aims to review the book *Como ser um educador antirracista*, published by Bárbara Carine. Our focus is to show how the author articulates theoretical-practical relations that deal with issues of education, raciality, and their interfaces. Carine's stance is transdisciplinary, democratic, diverse, decolonial, and combative towards racism and other systems of oppression. In this sense, the work shows itself to be necessary and productive for reflections regarding racial literacy for educators and other people interested in the interconnections between education, race and racism in Brazil, pointing to anti-racist paths of denunciation and confrontation of this social evil.

KEYWORDS: education; anti-racism; racial literacy.

1 Introdução

A obra aqui resenhada, *Como ser um educador antirracista*, escrita por Bárbara Carine² e publicada pela editora Planeta em 2023 (já em sua segunda

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: joao.v.souza@unesp.br

² Bárbara Carine Soares Pinheiro é química, filósofa, professora, pesquisadora, empreendedora, influenciadora digital conhecida como “uma intelectual diferente”, mãe, mulher negra e, acima de tudo, educadora dentro e fora da sala de aula.

edição) se mostra necessária e produtiva para as reflexões em torno do *letramento racial* para educadores e demais interessados nas relações entre educação e racialidade no Brasil.

Antes do início das considerações de Bárbara Carine, o livro abre com “Prefácio” de Nilma Lino Gomes, professora titular emérita da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e um dos grandes nomes dos estudos raciais no Brasil, sendo muitos de seus trabalhos em interface com a educação. Gomes, além de apresentar a autora enquanto intelectual, realça alguns de seus atributos que contribuem para a qualidade do livro, em especial suas práticas educacionais cotidianas, ou seja, não há ausência do “chão de escola” (Gomes, 2023, p. 10), isto é, as reflexões antirracistas apresentadas não se deslocam da realidade escolar; ao contrário, surgem a partir dela.

Uma das experiências mais significativas tanto no “Prefácio” como ao longo das discussões é a criação da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, em Salvador, primeira escola afro-brasileira no país e idealizada coletivamente por Carine, “[...] uma escola engajada, emancipatória e antirracista” (Gomes, 2023, p. 11) não exclusivamente para pessoas negras, mas pensada na diversidade nacional.

Já sobre o livro, há a indicação de que a ideia central não é apenas denunciar a realidade racista brasileira, já conhecida, ainda que em muitos casos velada ou ignorada, mas refletir e criar propostas que se distanciem do modelo tradicional de educação: colonial, eurocêntrico, patriarcal, branco, etc. e que seja, por oposição, decolonial, pensada para além do modelo europeu, nas ciências e reflexões indígenas e africanas, já que o racismo não se destrói sozinho. Ou seja, a proposta é de uma postura combativa e não só ao racismo, mas a outras opressões estruturais e estruturantes da sociedade como o machismo, o capacitismo e a LGBTfobia.

Complementando o “Prefácio”, há a “Apresentação” do livro, assinada por Carine. O texto inicia indicando que o livro trará bases profundas no intuito de lidar com (e buscar solucionar) problemas complexos, como o racismo, sem se mostrar como um receituário (como o título poderia sugerir).

Para encerrar a “Apresentação”, Bárbara Carine aponta que os seis capítulos que compõem o livro, os quais resenharemos na sequência, surgiram a partir de dúvidas que ela frequentemente escutava em seus espaços de circulação, como palestras e cursos, e vão propor caminhos e reflexões para uma educação antirracista, de modo transdisciplinar, democrático e que celebre a diversidade em todas as suas manifestações.

2 Como ser um educador antirracista

O primeiro capítulo, titulado “Eu, professor branco, posso ser antirracista?”, surge de perguntas de pessoas brancas que buscam entender qual seu lugar (de fala) no antirracismo. Para a autora, o motivo é que, de modo geral, as pessoas brancas não se racializam e não entendem o que é racismo/antirracismo por não sofrerem suas consequências concretas. Carine (2023) aponta ainda que, mesmo em contextos educacionais como aulas com foco em “Educação para as relações étnico-raciais”, pouco se coloca em pauta a noção de branquitude e o papel desse grupo étnico.

Carine (2023, p. 36) reforça que foi a branquitude, na modernidade europeia, quem criou e difundiu a noção de raça, subjugando e racializando o *outro*, sendo que as pessoas brancas permanecem num lugar genérico, padronizado, como a “representação do humano”. Ou seja, a conceituação e os desdobramentos da noção de raça são, por origem, supremacistas.

Nesse capítulo, a pesquisadora aponta o papel da ciência positivista no que se configurou como “racismo científico” e a ação da Igreja Católica, com a afirmação da não existência da alma das pessoas negras, por exemplo, na justificativa da propagação do racismo de ordem capitalista/mercantilista. Isto é, a noção surge para “[...] legitimar o processo de escravidão nas Américas e a expansão territorial europeia” (Carine, 2023, p. 50). A autora mostra, além disso, como, mesmo que o conceito biológico de raça tenha sido falseado pela ciência, o conceito social do termo, ou seja, como as sociedades se organizam em torno de “raças”, ainda prevalece com consequências como o racismo.

Carine (2023) esclarece ainda o que é branquitude, já que o termo é pouco explorado e é importante para as discussões apresentadas, como algo que:

[...] não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade em que o racismo é estrutural (Carine, 2023, p. 40).

A autora lembra que o tipo de identificação pode mudar a depender da cultura. No caso do Brasil, a identificação não é genética e sim fenotípica, ou seja, centra-se na aparência física, especialmente na cor da pele.

É no mesmo sentido que Carine (2023, p. 52) aponta que, “apesar do grande espectro de cores existente no nosso país, o Estado, no seu braço armado genocida, sabe exatamente quem é negro e quem não é”. Isto é, mesmo com a diversidade de cores e questões como o colorismo³, as instituições sociais de poder são capazes de discriminar brancos, aqueles que terão privilégios e não-brancos, aqueles que sofrerão os vários tipos de violências e desigualdades por motivação racista.

Finalizando o capítulo, a autora mostra que o que se combate na luta antirracista não são as pessoas brancas em suas singularidades, mas a branquitude, enquanto ideologia de fidelização desigual de poder. Ela aponta, ainda, que muitas pessoas brancas, mesmo ditas antirracistas, usam um entendimento equivocado da noção de “lugar de fala” para não se posicionarem efetivamente pela equidade racial. Em seu conceito apropriado, debatido no Brasil principalmente pela filósofa Djamila Ribeiro, lugar de fala significa que *todo mundo fala de um lugar próprio e diferente* e, por isso, ninguém é capaz de falar do lugar do outro. Isso não significa que pessoas brancas não possam discutir o

³ O colorismo é um subproduto do racismo que implica na concessão de vantagens a pessoas negras de pele clara, fruto da mestiçagem, em detrimento de pessoas negras escuras, o que não significa o alcance a esferas e posições de poder (tradicionalmente branco) (Cf. Devulsky, 2021).

racismo e o antirracismo, mas que falam de um lugar historicamente privilegiado pela ideologia que criou e legitima o racismo: a branquitude.

No âmbito da educação, os professores brancos devem abordar questões étnico-raciais em sala de aula, inclusive na perspectiva da legislação, discutindo, também, a própria branquitude. Além disso, sempre que possível, ouvir e legitimar pessoas negras, sejam estudantes, convidados a contribuir com as discussões, autores e pesquisadores a serem lidos, artistas a serem escutados, lidos e vistos, dentre outras formas.

Carine (2023) abre o segundo capítulo, “Um caso de racismo na escola: como atuar”, retomando que, por ser um país estruturalmente racista, todas as esferas sociais do Brasil, incluindo a escola, são inevitavelmente atravessadas pelo racismo. Entretanto, isso não demonstra uma postura resignada e sim uma tomada de consciência e um chamado para a ação antirracista.

Sobre o contexto escolar, Carine aponta que, em muitos casos, a escola é negligente e suaviza o racismo (e outras violências) tratando-o como forma de *bullying*. A questão principal, para a autora, não é prender crianças ou gerar punições severas. Ao contrário, é necessário que a escola exerça seu papel social e institucional de ensinar e de avançar socialmente. Ou seja, é necessário encarar as opressões sistêmicas, como o racismo, em sua estrutura, explicitar suas origens, seus desdobramentos e buscar soluções práticas, ainda que contextuais.

Alguns modos de ação antirracista na escola são, na óptica de Carine (2023), a concepção e execução do currículo escolar, com história, literatura e ciência de origem negra. Além disso, a estética da escola, suas paredes, suas redes sociais, seus materiais são importantes no processo de incorporação da diversidade racial. Tão ou mais relevante é a contratação de pessoas negras para todos os espaços da escola, não só para posições tradicionalmente ocupadas por esse grupo étnico, como cozinha e limpeza. Assim, é essencial, não só por questão de representação, mas de transformação social, que pessoas negras ocupem espaços intelectuais e de poder: professores, coordenadores, diretores, por exemplo. Todas essas ações foram tomadas na escola fundada por Carine.

A autora, no entanto, reforça que não basta contratar profissionais de diversas origens étnicas. Citando sua experiência na concretização da Escola Afro-

Brasileira Maria Felipa, Carine (2023) aponta que houve dificuldade em encontrar pessoas com letramento racial avançado, mesmo a população baiana sendo majoritariamente negra, cerca de 70%.

Esse déficit é evidente, inclusive, nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, que formam professores para a educação básica. A solução na Maria Felipa foi contratar profissionais no ano anterior à abertura da escola e capacitá-los, antes e após o início das aulas, não só em termos de letramento racial, mas sobre outras esferas, como gênero, classe e sexualidade. No início, houve problemas de reprodução de estruturas preconceituosas que, sempre que identificados, eram conscientemente trabalhados.

Carine (2023) ilustra ainda que, em sua concepção, *todos que atuam na escola são educadores, não apenas os professores*. Além disso, a Escola Afro-Brasileira tomou outras medidas voltadas à diversidade étnica, como um calendário escolar decolonial⁴, de bases indígenas e africanas, além da europeia.

A autora começa o terceiro capítulo, “Como pensar práticas antirracistas em sala de aula?”, pontuando que as práticas antirracistas são assim consideradas quando se voltam para a denúncia do racismo, no sentido de destruí-lo, enquanto estrutura social. Além do antirracismo, a Escola Afro-Brasileira empreendida por Carine adota também práticas afrocentradas. A diferença é que o antirracismo é uma *resposta ao racismo*, ou seja, sua concepção não deixa de ser eurocêntrica/ocidental. Já as práticas afrocentradas se centram em conhecimentos africanos, como forma de *reforço positivo*. Ao fim do capítulo, Carine (2023) lista e explica brevemente alguns de seus textos, sejam afrocentrados ou na óptica antirracista, para que os leitores, assim dispostos, tenham referências para aprofundamento e ampliação dos debates propostos.

No quarto capítulo, intitulado “Diversidade não se constrói, se celebra!”, a autora começa pontuando que o uso de “homem” como sinônimo de “humanidade” reflete a perspectiva ontológica ocidental, centrada no homem. Nesse sentido, o padrão de humanização é um “[...] corpo branco, cis,

⁴ Algumas datas presentes no calendário: Revolta dos Malês (25/01), Festa de Iemanjá (02/02), Marielle Vive (14/03), Pessoas Negras Ícones da Abolição da Escravatura (13/05), dentre outras.

falocêntrico, capacitista e gordofóbico” (Carine, 2023, p. 118), ou seja, tudo o que escapa desse padrão é considerado *menos humano*. Nessa perspectiva, embora o Brasil seja um país extremamente diverso, os espaços de poder, como já vimos, não refletem tal pluralismo, visto que representam a sociedade que é permeada por sistemas de opressão.

Carine (2023) aponta, ainda, outras questões importantes como a representatividade, hoje usada como “fatia” de mercado para vender produtos e serviços, já que, em muitos casos, é meramente aparente. Outra questão importante é que a diversidade é produtiva para a coletividade, aportando tanto crescimento financeiro para as empresas, como crescimento em termos de humanidade para as relações interpessoais. É nesse contexto que a autora defende “[...] a ideia de que o mundo é plural e que, por isso, a diversidade não se constrói, se celebra” (Carine, 2023, p. 125). Nesse prisma, a autora não defende uma “pedagogia da inclusão” e sim uma “pedagogia da implosão”, uma vez que todas as esferas devem trabalhar para destruir os sistemas opressores. No caso das instituições de ensino, essas medidas implosivas ajudariam, inclusive, a combater a evasão escolar daqueles que estão incluídos no espaço físico, como transexuais e Pessoas com Deficiência (PCDs), mas que, por vezes, não obtêm respeito.

No seguinte capítulo, intitulado “Sou contra as cotas, pois o necessário é melhorar a escola básica”, a autora reflete sobre o embate “cotas raciais” *versus* “investimento na educação básica”, apontando que não são temas excludentes e têm propósitos e prazos diferentes. Nesse sentido, as cotas, não só raciais, são importantes ações afirmativas, resultado de lutas históricas por direitos igualitários.

A autora termina o capítulo contando sua trajetória acadêmica e profissional, que foi permeada por dificuldades decorrentes do racismo, da misoginia e da exclusão social, que afetam aqueles que são subjugados pelos sistemas de opressão da branquitude, ao privilegiar alguns em detrimento de outros, considerando, principalmente, aspectos como raça, gênero e classe social.

No capítulo que encerra o livro e leva o mesmo título da obra, “Como ser um educador antirracista”, a autora começa apontando que:

O educador, a educadora antirracista é, acima de tudo, uma pessoa consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade. Ele/ela é um sujeito que, em uma sociedade estruturalmente racista, compreende que não há como fugir psicologicamente desse mal social se não destruímos o racismo em suas bases (Carine, 2023, p. 145).

Ou seja, a autora resume o que foi discutido ao longo da obra: para sermos antirracistas, na e fora da escola, devemos lutar para combater os sistemas de opressão e violência. É nesse sentido que ela reforça a necessidade de ser antirracista em *todos os espaços*, especialmente, no caso de pessoas brancas, em espaços majoritariamente brancos, de modo a levar denúncia e conscientização racial.

No caso da escola, nos lembra Carine (2023) que esse espaço, embora influenciado pelos sistemas, também os influencia, na medida em que forma/educa os cidadãos que atuarão em sociedade, podendo ser uma forte aliada ao racismo ou ao antirracismo.

Assim, a autora reflete sobre o livro *Como ser um educador antirracista*, mais uma vez, enquanto ponto de reflexão sobre práticas educacionais e sobre o racismo e outros sistemas opressores de modo a relacionar essas esferas na busca pelo seu enfrentamento prático, especialmente no âmbito educacional, o que levaria a sociedade a um ponto de maior justiça e equidade sociorracial, ou seja, a uma sociedade verdadeiramente democrática, voltada para todos. E sabemos que a maior parte da população brasileira é negra e segue sub-representada nas esferas de poder.

Considerações Finais

Como pudemos ver, o livro aqui resenhado deve ser lido, estudado e discutido em âmbitos individuais e coletivos de letramento racial. Mais que ser um “Pequeno manual antirracista para professores”, a obra traz importantes reflexões teóricas sobre educação e racialidade de modo mais amplo, bem como sobre suas interfaces, isto é, como questões tais como o racismo e seu combate podem se dar em situações educacionais. A transdisciplinaridade empreendida

SOUZA, J. V. de P.

expande o debate e possibilita o fomento de discussões em diversas áreas do conhecimento, em diferentes níveis e esferas sociais e educacionais nas quais o letramento racial se faz necessário e urgente.

Com capítulos curtos e dinâmicos, linguagem acessível e notas explicativas, o texto de Carine pode interessar para reflexões teóricas, inclusive na perspectiva de definição de termos relevantes, como noções de racismo, branquitude e (de)colonialidade, assim como para reflexões práticas, ou seja, que possam, em alguma medida, chegar no “chão de escola” e, efetivamente, servirem para a denúncia e o enfrentamento do racismo e de outros sistemas de opressão.

Um ponto de atenção da obra analisada é que, em alguns momentos, ela parece dialogar pouco com suas fontes teóricas, considerando as especificidades do discurso acadêmico. No entanto, isso talvez possa ser explicado pelo objetivo do livro, que consiste em aproximar os leitores dos debates sobre o letramento racial, e os mecanismos de uso da linguagem podem oferecer possibilidades importantes nesse sentido. Todavia, esse movimento técnico-discursivo não interfere no aprofundamento teórico das discussões. Isso porque a autora elenca ao leitor uma lista de trabalhos de sua autoria e de outras referências para aprofundamento. Além disso, ela amplia o acesso e o alcance de seu escrito para pessoas de outros segmentos e espaços sociais não acadêmicos, como pais, responsáveis, cuidadores, entre outros.

Como citar este artigo?

SOUZA, J. V. de P. *Como ser um educador antirracista*. Mosaico, São José do Rio Preto, v. 22, n. 01, p. 367-375, 2023.

Referências

CARINE, B. *Como ser um educador antirracista*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

DEVULSKY, A. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

GOMES, N. L. Prefácio. In: CARINE, B. *Como ser um educador antirracista*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023. p. 9-15.